

TERESA ARRUDA ALVIM
EDUARDO TALAMINI
COORDENADORES

ARRUDA ALVIM
ORIENTADOR CIENTÍFICO

PROCESSO CIVIL E

DIREITOS ROMANOS

VITOR FONSÊCA



Coleção
Liebman

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

PROCESSO CIVIL E DIREITOS HUMANOS

VITOR FONSÊCA



Diagramação eletrônica:

Microart Com. Editoração Eletrônica Ltda., CNPJ 03.392.481/0001-16

Impressão e encadernação:

DEK Comércio e Serviços Ltda., CNPJ 01.036.332/0001-99

© desta edição [2018]

THOMSON REUTERS BRASIL CONTEÚDO E TECNOLOGIA LTDA.

JULIANA MAYUMI ONO

Diretora Responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda

Tel. 11 3613.8400 – Fax 11 3613.8450

CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800.702.2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso site: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [10-2018]

Profissional

Fechamento desta edição: [31.08.2018]



ISBN 978-85-5321-207-1

1134821

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO	9
APRESENTAÇÃO.....	11
PREFÁCIO	13
AGRADECIMENTOS.....	15
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	19
INTRODUÇÃO	23
1 – OS DIREITOS HUMANOS NO PROCESSO CIVIL	27
1.1 A internacionalização dos direitos humanos e o processo civil	27
1.2 Os direitos humanos no processo civil	32
1.2.1 Os direitos humanos aplicáveis ao processo civil	34
1.2.2 O direito a ser ouvido	37
1.2.3 O direito a um prazo razoável	40
1.2.4 O direito a ser julgado por um juiz competente, independente e imparcial	48
1.2.5 O direito à presunção de inocência	57
1.2.6 O direito de defesa	58
1.2.7 O direito ao intérprete	60
1.2.8 O direito de recorrer	62
1.2.9 O direito à proteção judicial	65
1.2.9.1 A autonomia dos direitos dos arts. 8º e 25 da CADH	75
2 – O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE NO PROCESSO CIVIL.....	77
2.1 O controle dos direitos humanos no processo civil.....	78
2.1.1 O controle de convencionalidade.....	78
2.1.2 O controle de convencionalidade: internacional e interno.....	80
2.1.3 O controle de convencionalidade processual	84

2.2	O controle de convencionalidade no processo civil	85
2.2.1	Os parâmetros do controle: o que controlar?.....	86
2.2.1.1	Os tratados internacionais de direitos humanos	86
2.2.1.2	A jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos	90
2.2.1.3	As opiniões consultivas da Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	103
2.2.2	O objeto do controle processual: o que é controlado?.....	106
2.2.3	Quem pode exercer o controle processual: quem pode controlar?	109
2.2.4	O modo de exercício do controle processual: como controlar?	113
2.2.4.1	O controle <i>ex officio</i> (<i>iura novit curia</i>)	113
2.2.4.2	O contraditório prévio	116
2.2.4.3	O “procedimento” de controle	116
2.2.5	O controle processual nos tribunais superiores	118
2.2.6	Existe uma “quarta instância”?	126
2.2.7	A coisa julgada e os direitos humanos.....	129
3	PROCESSO CIVIL E DIREITOS HUMANOS NO BRASIL	139
3.1	O que o Brasil pode aprender com os direitos humanos?.....	139
3.1.1	A tese da suprallegalidade e o <i>pro homine</i>	140
3.1.2	Os casos brasileiros na Corte Interamericana de Direitos Humanos	149
3.1.3	O art. 447, III e § 4º, do CPC e o direito de ser ouvido.....	154
3.1.4	A razoável duração do processo e o conceito de prazo razoável	156
3.1.5	O art. 162 do CPC e o direito ao intérprete	159
3.1.6	O processo civil e o direito à presunção de inocência.....	159
3.1.7	A jurisprudência do STF e o direito de recorrer	162
3.1.8	O art. 315 do CPC e o Caso Ximenes Lopes vs. Brasil.....	165
3.1.9	O mandado de segurança e o direito à proteção judicial.....	166
3.1.10	O devido processo convencional: além do devido processo “legal”	168
	CONCLUSÕES	173
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	175